



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

XX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO/2006

A PROPOSTA DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA LEI 5692/71 PARA O ENSINO DE 2 GRAU NO PARANÁ

TELMA FALTZ VALÉRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Neste trabalho são apresentados resultados de pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação, na linha de História e Historiografia da Educação da Universidade Federal do Paraná, com o seguinte tema: “Políticas Educacionais na Ditadura Militar e a Proposta de Profissionalização de 2º grau no Estado do Paraná”, que trata da atuação do Estado do Paraná quanto ao ensino de 2º grau a partir das diretrizes da lei 5692/71, que constitui reforma educacional desse período. Como principais referenciais teóricos de análise adotamos as obras de Roger Chartier (1988), com seu conceito de representação, e Pierre Bourdieu (2000), principalmente com seus conceitos de poder simbólico, *habitus* e campo. O recorte feito para apresentação nesta Semana de Ensino Pesquisa e Extensão tem como foco principal o Documento Base para a Reforma do Ensino em Curitiba a pedido do Grupo de Acessoria e Planejamento (GAP). Dentre os vários aspectos de implementação da reforma, discutidos nesse Documento, aqui nos ateremos ao que se refere ao ensino de 2º grau. Pode-se destacar, entre os resultados da análise, que os procedimentos propostos foram no sentido de dotar a prática escolar de uma maior legitimidade técnica, por meio de um programa de investimentos estatais, da formação de especialistas mediante cursos de formação secundária, e de um aparato legislativo que definia com rigor padrões de referência para sua prática escolar. Obviamente essas diretrizes não apresentam rupturas em relação às apresentadas pela lei federal, e busca-se ressaltar, no documento, as boas relações do Estado do Paraná com os órgãos federativos.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Educação, Paraná.

A PROPOSTA DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA LEI 5692/71 PARA O ENSINO DE 2 GRAU NO PARANÁ

TELMA FALTZ VALÉRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Introdução

Neste trabalho são apresentados resultados de pesquisa que se encontra em andamento, sobre a atuação do Estado do Paraná na implementação da reforma educacional estabelecida pela lei 5692/71 para o ensino de 2º grau. No primeiro momento, está sendo realizada análise da bibliografia e da documentação estadual, a fim de identificar o discurso oficial sobre as ações e indivíduos que compunham a Secretaria de Educação do Paraná que participaram do processo de implementação da reforma educacional. Já para a segunda fase da pesquisa procurou-se detectar parte de quem seriam tais indivíduos e entrevista-los a respeito de sua participação ante a reforma em questão, sendo que alguns nomes já foram localizados.

A fonte principal deste trabalho refere-se ao Documento Base para o Planejamento Prévio para Implementação do Sistema de Ensino de 1º e 2º graus no Paraná (1971) do Grupo de Assessoria e Planejamento (GAP). Nele, procurou-se identificar as diretrizes no processo de implantação do ensino de 2º grau no sistema estadual de ensino. Para tanto, o texto está assim estruturado: primeiramente, trata-se do tema, dos referenciais de análise e da metodologia; depois, das informações e diretrizes contidas no documento; concluiu-se com algumas indicações iniciais e perspectivas de continuidade de pesquisa.

O tema, referencial e metodologia.

As reformas educacionais estabelecidas pelas leis 5.540/68 referente ao ensino superior, e 5692/71 referente ao ensino de 1º e 2º graus marcaram a educação no período da ditadura militar.

Autores bastante utilizados pela história da educação tais como, Romanelli (1986), Ghiraldelli (1990), fazem uma leitura unilateral da história, no sentido em que entendem as políticas estatais como demandas exclusivas dos governantes. Isso fica explícito principalmente no estudo de Ghiraldelli segundo o qual a ação dos governos em relação à educação é caracterizada como "repressão, privatização do ensino, exclusão das classes populares do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de legislação educacional ampla e confusa". (1990, p.163). Para o autor o ensino era visto como controle ideológico visando uma educação para o trabalho servindo dessa forma aos interesses capitalistas, firmados pelos acordos entre 1964-1968, entre o MEC e o AID (*Agency for International Development*) - conhecidos como os acordos MEC - USAID.

Para Romanelli, a educação, não muito diferente da visão anterior, é vista "como instrumento de que se serve todo o aparato do Estado, para criar condições infra-estruturais de desenvolvimento do capitalismo e também para manter e reforçar a estrutura de dominação". (1986, p. 258). Mas ainda para a autora, a reforma do ensino, também significou uma ampliação do acesso à escola principalmente com a criação do ensino supletivo, e uma tentativa de eliminar as taxas de repetência e evasão com a eliminação dos exames de admissão ao ginásio.

Os autores citados acima compartilham de uma abordagem bastante comum na bibliografia a respeito da educação no período militar, segundo que os fenômenos políticos são reflexos das forças econômicas e sociais vigentes, desconsiderando a ação dos sujeitos, como se estes não tivessem participação nesse processo. Dentro dessa perspectiva a educação teria poder de conformar de maneira eficiente os sujeitos a um determinado modo de produção, nesse caso o capitalista.

Essa abordagem vem sendo questionada por trabalhos mais recentes, na área da História da Educação, como destaca Oliveira (2003):

Essa visão está fortemente influenciada pela perspectiva de um a priori estrutural-economicista nas relações do governo com a sociedade civil, atuando aquele como mediador dos interesses entre o capital e o trabalho, no sentido de garantir a acumulação ampliada do primeiro. O "Estado" é concebido como uma instância que paira acima dos conflitos e dos consensos e determina a prática e os interesses cotidianos dos sujeitos na história. Essa perspectiva marca ainda uma profunda crença na última instância da estrutura econômica como orientadora da

organização da cultura e das práticas culturais em particular, como é o caso da educação escolarizada. (p.42)

Para FICO (2004), duas fases marcaram os estudos sobre a ditadura militar: a "ciência política" e a "nova história". Na primeira os estudiosos procuravam explicitar e classificar termos e situações que nunca chegaram a um debate profundo sobre o período estudado. Queriam apenas responder questões como: Seriam os militares uma instituição autônoma, marcada pelo isolamento e unidade, ou estariam a serviço de determinados grupos sociais?

A outra fase, marcada pela aproximação com a vertente historiográfica dos Annales que se afasta de uma visão marxista, abriu mão de conceitos como "estrutura econômica" ou "estrutura social" para se preocupar com questões que ultrapassem os lugares comuns sobre o golpe de 64, alcançando os campos do cotidiano, das emoções, das mentalidades, etc. (ibid, 2004, p. 30-33)¹. É interessante verificar que nos estudos citados por FICO (2004) o ponto que se sobressai é o da economia e cultura, a educação não é abordada como centro de pesquisas neste levantamento realizado pelo autor.

Considerando essas discussões relacionadas ao período, a noção de representação é fundamental para este estudo. Segundo CHARTIER (1988, p. 52-53), as percepções dos sujeitos não são neutras, a realidade se reflete na vida prática, nas ações e atitudes, mesmo inconscientes. Estas representações trazem consigo sentidos ocultos,

¹ O levantamento dos estudos realizados sobre a ditadura militar, nos dá uma dimensão sobre os focos de pesquisa privilegiados:

Segundo levantamentos do Grupo de Estudos sobre a ditadura militar da UFRJ, entre 1971-2000 foram produzidas 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história da ditadura militar, 205 delas no Brasil e as restantes no exterior. O crescimento paulatino do número de estudos sobre a temática é visível cotejando-se a produção de teses e dissertações em alguns quinquênios: no período de 1971-1975 foram defendidos apenas dois trabalhos; entre 1986 e 1990 as defesas chegaram a 47; no final de período, entre 1996 e 2000, registraram-se 74 teses e dissertações. Os principais focos de interesse foram os movimentos sociais urbanos (27 trabalhos), os temas da arte e da cultura também (27 trabalhos), a economia (25) e os assuntos relacionados à esquerda e à oposição em geral (20 teses e dissertações). Em seguida vêm a imprensa (15), a censura (13), a crônica dos diversos governos (11), o movimento estudantil (8) e o estudo do próprio golpe (6), entre outros temas. Como boa parte dos trabalhos sobre a economia foi gerada na área própria, sobressai, como interesse dos historiadores, a temática da arte e cultura, como já dita. Mas a grande presença de teses e dissertações sobre os movimentos sociais urbanos talvez indique a transição entre o antigo predomínio acadêmico do marxismo e a voga em torno da "Nova História" - haja vista que o enfoque predominante entre os trabalhos sobre o movimento operário, sindicatos, etc, é o marxismo e seus influxos. Porém, mesmo nesse campo, é sintomático que algumas teses sobre o movimento operário, sobretudo as defendidas a partir do ano 2000, apresentem abordagens típicas da "Nova História", como a memória e as práticas culturais ou o recurso a fontes não-convencionais, como a charge. Já entre os estudos que privilegiam a arte e a cultura, sobressaem as análises sobre música (10 trabalhos de um total de 27), mesmo sem considerarmos outros dois sobre tropicalismo, caso queiramos conceder que a corrente foi algo mais do que a música. Abordagens sobre literatura e TV foram três, cada; sobre o teatro há apenas dois trabalhos. (FICO, 2004, p.41-42).

sutis, construído social e historicamente, e que muitas vezes se internalizam no inconsciente coletivo apresentando-se então como naturais, e, portanto, dispensando reflexão por parte daqueles que a compartilham, em dado espaço e momento histórico.

Outro autor abordado é Pierre Bourdieu (2000), que com sua noção de campo e habitus nos auxilia no entendimento das perspectivas dos diferentes grupos envolvidos nas fontes selecionadas. Pensar a atuação do Estado quanto à educação por meio de diferentes autores, fontes procuram-se identificar os consensos e antagonismos internos, e responder a hipótese de que num mesmo grupo podemos encontrar pensamentos antagônicos diferentes perspectivas sobre uma mesma questão.

Para Bourdieu o campo trata-se de um lócus onde é travada uma luta concorrencial em busca de interesses específicos. Cabe ressaltar que cada indivíduo só realiza ações na medida em que tem reais condições de efetivá-las. E isso implica em possuir um capital social, para lutar pela imposição de uma vontade, de uma visão de mundo, fazendo prevalecer interesses sobre os outros, enfim, para ter poder dentro do campo. Portanto a análise dos referenciais desses autores contribui para a identificação dos padrões de interpretação dos diferentes grupos.

Fontes: localização, leitura e análise.

O Documento Base para Implementação do Ensino de 1º e 2º graus no Estado do Paraná, fonte principal deste trabalho, refere-se às diretrizes e objetivos a serem alcançados a partir da reforma do ensino em todo o Estado. Neste são traçadas as estratégias de expansão e treinamento de recursos humanos, apontados como indispensáveis para o sucesso da mesma.

As fontes são os únicos registros que possibilitam o labor do historiador e, conseqüentemente, o desenvolvimento do conhecimento histórico. Entretanto, um documento, uma vez concebido enquanto fonte para uma pesquisa, pode adquirir os mais variados sentidos, posto que seja passível de várias interpretações. Neste sentido, pode-se dizer que para trabalhar com uma determinada fonte deve-se ter consciência dos processos de interpretação, narratividade e produção de sentidos por parte do historiador. Conforme destaca Thompson "os fatos estão ali, inscritos no registro histórico, com determinadas propriedades, mas isso não implica, de certo, uma noção de que esses fatos revelam seus significados e relações por si mesmas, e independentes dos procedimentos teóricos". (1981, p.37). A constituição de uma narrativa histórica, por

consequente, depende do movimento de interrogar as fontes, não só em busca de evidências, como também por um diálogo do qual surgem novas questões.

Um exemplo desta relação entre o universo documental e o trabalho do historiador pode ser entendido na obra de RAGAZZINI:

Por outro lado as fontes não falam *per se*. A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. (...) A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado. As fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é, ler e indicar os signos e os vestígios como sinais. (2001, p. 14)

A lei 5692/71 para o Ensino de 2º grau: diretrizes e justificativas

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 4.024 foi a que mais longa tramitação teve no Poder Legislativo remetido em 1948, recebido sanção presidencial em dezembro de 1961. Esta lei distribuída em 119 artigos, teve 23 vetos presidenciais sendo 9 vetos mantidos pelo Congresso Nacional.

A lei 5692/71 reformou o ensino primário e médio², foi sancionada pelo Presidente da República Emílio G. Médici, em 11 de agosto de 1971. Distribuída em 88 artigos não sofreu por parte do Poder Executivo um veto sequer, tendo sido sancionada por inteiro. (JUREMA, 1972, p. 9-12). Nesse sentido vale ressaltar que, se não sofreu um veto, pressupõe-se que tanto o Presidente, e o Grupo de Trabalho que então reformulou a lei (GT) estavam de comum acordo quanto às normas estabelecidas para a educação.

O Grupo de Trabalho (GT) foi instituído pelo decreto nº 66.000, de 20 de maio de 1970, integrado por nove membros³, indicados pelo próprio Presidente. As atividades

² O termo ensino primário (1º a 4º série) e médio (5º a 8º série ginásial e o colegial) é utilizada pela lei 4.024. No entanto pela lei 5692/71 une-se o primário e o ginásio formando o 1º grau e o colegial fica como o 2º grau. Portanto no decorrer da pesquisa utilizaremos 1º e 2º graus.

³ Os membros do GT são os seguintes: - P. José de Vasconcellos - Presidente; Valnir Chagas Relator; Aderbal Jurema; Clélia de Freitas Capanema; Eurides Brito da Silva; Geraldo Bastos da Silva; Gildásio Amado; Magda Soares Guimarães; Nise Pires.

se desenvolveram em Brasília, no período de 15 de junho a 14 de agosto de 1970. O decreto concedeu prazo de 60 dias para que este apresentasse seus estudos e projetos. Portanto foi organizada uma "Semana de Educação" na Universidade de Brasília, na qual todos os seus membros tiveram a oportunidade de ministrar palestras aos alunos da instituição, seguidas de debates. Ao final da semana, os universitários apresentaram conclusões como fruto de seus estudos que foram utilizadas para a reformulação da lei. (Relatório, 1971; p.130-131)

As diretrizes presentes na lei se dão quanto a questões sobre o Ensino de 1º e 2º graus; Ensino de 1º grau; Ensino de 2º grau; Ensino Supletivo; Professores Especialistas; Financiamento; Disposições gerais; e transitórias.

Diretrizes	Nº de artigos
Ensino 1º e 2º graus	16 artigos
Ensino de 1º grau	3 artigos
Ensino de 2º grau	3 artigos
Ensino Supletivo	5 artigos
Professores especialistas	12 artigos
Financiamento	23 artigos
Disposições Gerais	7 artigos
Disposições Transitórias	17 artigos

Fonte: Lei 5692/71

Segundo justificativas do GT, este projeto não se trata de mais uma reforma, mas sim de uma atualização e expansão do ensino destinado a crianças e adolescentes.

Não se cogitou de mais "uma reforma", no sentido em que a palavra se tornou comum nos círculos educacionais, e sim da atualização e expansão do ensino destinado a crianças e adolescentes. Sem dúvida, isso implica também reforma; não porém, necessariamente como substituição de um plano por outro a ser em breve ultrapassado pelos fatos, mas como um atributo da própria organização que se deve buscar para dar a escolas e sistemas escolares a capacidade de atualizar-se constantemente, sem crises periódicas, apenas refletindo a dinâmica do processo de escolarização em face dos seus condicionantes internos e externos. (1971, p. 131)

A lei 5692/71 para o ensino de 2º grau vem acompanhada por atos complementares que dão suporte a sua implementação. O Parecer 853/71 fixa núcleo

comum⁴ para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, e a doutrina do currículo na lei 5.692; Parecer 45/72 do CFE fixa os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional ou o conjunto de habilitações afins no ensino de 2º grau; o Parecer 349/72 trata da habilitação específica, de 2º grau para o exercício do magistério, em 1º grau; Parecer 75/76 C.E. o ensino de 2º grau na lei 5692/71.

Algumas modificações importantes que a lei 5.692 introduziu no ensino secundário são: tornou-o eminentemente profissionalizante; limitou-o ao que era antes o segundo ciclo do nível médio; permitiu a matrícula por disciplina (anual); deu-lhe duração variável, conforme as possibilidades do educando (de 3 a 4 séries anuais); previu o aproveitamento em curso superior de estudos correspondentes à 4ª série.

Relacionado ao currículo de 2º grau, no artigo 4º parágrafo 3º estabelece que o Conselho Federal de Educação (CFE) fixará, para além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins. O artigo 5º parágrafo 2 trata da parte de formação especial:

- a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de primeiro grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
- b) será fixada quando se destine à iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

Assim, observa-se que o núcleo-comum pertence necessariamente à parte de educação geral, já a parte diversificada tanto pode integrar a educação geral como a formação especial. Outro aspecto é a “sondagem de aptidões” que nos remete ao aluno, enquanto a iniciação ao trabalho e a habilitação profissional, devem levar em conta as necessidades do mercado de trabalho local ou regional.

Núcleo Comum das Disciplinas de 2º grau

Comunicação e expressão	Ciências	Estudos Sociais
Língua Portuguesa	Matemática	Geografia

⁴ O núcleo comum são disciplinas obrigatórias que devem conter no currículo. Comunicação e Expressão – Língua Portuguesa; Língua estrangeira moderna (2º grau); Educação Artística; Educação Física, Ciências – Matemática; Física; Química; Biologia; Programas de Saúde. Estudos Sociais – Geografia; História; O.S.P. B; Educação Moral e Cívica essa sendo criada neste período da ditadura têm como principal objetivo educar com bases filosóficas de moral e bons costumes inspirados nos direcionamentos da Escola Superior de Guerra.

Língua estrangeira moderna (2º grau)	Física	História
Educação artística	Química	O.S.P.B
Educação física	Biologia	Ed. Moral e Cívica
	Programas de Saúde	

Fonte: CHAGAS, Valnir. 1980, p.150

O Processo de Implementação do Ensino de 2º grau no Estado do Paraná

Neste tópico são abordadas algumas informações presentes no Documento Base para o Planejamento Prévio para a Implantação do Sistema do Ensino de 1º e 2º graus, elaborado pelo Grupo de Assessoramento e Planejamento (GAP), grupo aprovado pelo Secretário da Educação e Cultura Haroldo Souto Carvalhido, em outubro de 1971. Referente ao processo de implementação da reforma educacional de 2º grau estabelecida pela lei 5692/71, buscamos identificar, permeando esse processo, tensões, conflitos e consensos.

Sobre o contexto pedagógico que envolve o período, um dos aspectos presentes no documento, em concordância com as diretrizes apregoadas pelo Governo Federal, é a de necessidade de modernização educacional do Estado, justificada por sua ineficiência estrutural:

Consagrado um sistema já considerado ultrapassado, ou seja, de que o ensino médio deveria ser “propedêutico” ou apenas um “corredor” para a universidade. O que significa que, embora massificado, aberto a um número maior de jovens e julgado um nível de escolarização necessário às novas exigências sociais, o ensino médio ainda mantém uma estrutura semelhante (ou estereotipada) a tempo em que era uma escola para a elite. O fato de manter um currículo de tipo “acadêmico”, que objetiva oferecer uma “cultura geral” livresca e formal, confirma esta sua natureza. (PARANÁ, 1971, p. 134)

Este planejamento prévio, segundo justificativas próprias, é uma primeira tomada de posição diante da problemática nova colocada pela lei de reforma do ensino, e nesta linha, a administração estadual, procurou afirmar o alcance e a prescindibilidade de uma “verdadeira revolução educacional”, o que significava fazer da escola um agente dinâmico e eficaz na formação dos recursos humanos necessários ao progresso do país.

A adesão aos discursos de modernidade administrativa e de esperança na construção de um país melhor e mais grandioso, atenta para o papel fundamental da

educação. As finalidades do documento apresentadas foram no sentido de; a) estancamento da expansão desordenada de cursos; b) aglutinação de recursos em unidades maiores de atendimento regional e diversificado e redução dos custos de manutenção; c) programação das áreas de habilitação profissional segundo as demandas do mercado de trabalho; d) elevação dos padrões qualitativos do ensino de 2º grau, atendendo às exigências de melhor formação cultural do adolescente.

De acordo com as finalidades e discursos é possível notar a idéia do desenvolvimentismo que permeava o Brasil do período. A economia e educação eram vistas como determinante dos objetivos nacionais, reorganização de metas era primordial as escolas - estas deveriam funcionar em três turnos, maior número de alunos em uma mesma turma, reordenação da utilização dos prédios escolares e laboratórios, objetivando redução de custos e uma formação técnica eficiente.

Dessa forma o discurso é o instrumento de expressão e transformação da prática política e, é através dessa relação que se chega à compreensão de um determinado campo. Contudo, como nos alerta Bourdieu, a análise de um campo não se restringe apenas às práticas dos grupos e de seus discursos, mas incide sobre grande parte das condições materiais de sua existência (2000, XLVIII). Dessa forma, as conclusões de maior alcance sobre o papel da cultura na construção da vida social podem ser alcançadas através da descrição minuciosa do cotidiano, constituído por pequenos fatos, até aparentemente insignificantes, mas que, uma vez densamente entrelaçados, emprestam ao todo um significado mais amplo. (CHARTIER, 1988).

Um dos elementos identificados em todo o documento é a sua função, nesse processo de colaborar para o desenvolvimento do Estado e da sociedade, em especial nos aspectos econômico e social com ênfase na expansão do sistema de ensino. O Plano Estadual de Educação, estabelecido para o período de 1973 a 1976, traz objetivos quantitativos e qualitativos para a expansão e o aperfeiçoamento de todos os graus de ensino, quanto à construção e equipamentos, treinamento de recursos humanos, elaboração de diretrizes curriculares, entre outros. Para tanto, o financiamento de tais ações recebe um empréstimo externo:

Firmado entre o Governo Brasileiro e o Governo Americano, por intermédio de sua Agência para o Desenvolvimento (USAID), este acordo visou a obtenção de um empréstimo destinado à execução de um Programa de Expansão e Melhoria do Ensino.

Selecionado entre os Estados Brasileiros e contemplado com a possibilidade de um financiamento específico, o Paraná, que havia elaborado o Plano Estadual de Educação (...) destacou 16 dos 47 projetos constantes, que analisados e compatibilizados com a filosofia do PROGRAMA, mereceram parcial e/ou total financiamento. Com assinatura em 11/12/1973, preocupou-se o Estado que, desta forma, fosse assegurada a execução de uma programação, sem que a mesma sofresse solução de continuidade e que proporcionasse melhoria na oferta do ensino de 1º e 2º graus, tornando mais eficiente a administração. (PARANÁ, 1975, p. 95)

Com vistas ao planejamento de implantação desta política adotaram-se os seguintes projetos:

- 1) Formulação de diretrizes técnicas para a estruturação de cursos de 2º grau: envolvendo a realização de seminários e reuniões técnicas entre a Secretaria estadual de Cultura e as agências SENAI, SENAC, Escola Técnica Federal, Colégio estadual do Paraná, Instituto Politécnico Estadual, Instituto de educação do Paraná, Divisão de Ensino Agrícola (AS) e GAP.
- 2) Reorganização da Rede Estadual de ensino médio colegial: objetivando a unificação de estabelecimentos, avaliação de potenciais, elaboração de critérios para autorização de cursos e disciplinas, localização e discriminação de prédios e equipamentos e lotação docente.
- 3) Unidades Regionais Integradas: visando localizar e dimensionar estabelecimentos centrais de ensino de 2º grau para atendimento regional e abrangendo várias áreas de formação profissional, inclusive para o ensino supletivo.
- 4) Formação de Administradores, Técnicos e Docentes para o Ensino de 2º grau: compreendendo a programação de reciclagem, treinamento e formação sistemática de recursos humanos para o ensino de segundo grau, na área de cultura geral.
- 5) Programa de Formação de Recursos Humanos com Nível Médio para o ensino de 1º grau: envolvendo a reorganização e programação desses cursos após a extinção das atuais escolas normais e institutos de educação.
- 6) Ajustamento do Ensino ao Mercado de Trabalho: realizando gestões de convênios com a Secretaria de Trabalho e Assistência Social e DNMO para realização de pesquisas distêmáticas e para implantação de agências do serviço de emprego com vistas à programação de cursos profissionais, ao encaminhamento de egressos do ensino de 2º grau e para operação do sistema de orientação vocacional das escolas de segundo grau. (PARANÁ, 1971, p. 278-279).

Para o desenvolvimento desses projetos foi adotada uma política baseada na Expansão, Treinamento de Recursos Humanos, balizados por uma administração racional, para tanto, foram adotadas estratégias de implementação em três frentes a serem alcançadas em 154 Municípios de maneira gradativa: Frente I – expansão geográfica; Frente II – Progressiva de seriação; Frente III – Expansão das opções profissionalizantes e da intercomplementaridade.

Quanto à expansão geográfica a implantação do ensino de 2º grau, ocorreu em 1973 nos municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Jacarezinho, Campo Mourão, Guarapuava, União da Vitória e Paranaguá. Entretanto, em 1972 no

município de Curitiba foi implantado o Projeto Piloto do ensino de 2º grau em 4 (quatro) escolas sendo 1 (uma) de Dependência Administrativa Estadual e 3 (três) de Dependência Particular:

- Colégio Estadual do Paraná
- Colégio Nossa Sra. Menina
- Colégio Nossa Sra. De Lourdes
- Colégio Pe. João Bagozzi.

A implementação do ensino de 2º grau em 1972 representou 0,2% sobre o total da matrícula passando já em 1973, a apresentar um total de 14,1% sobre o total da matrícula. Em 1972 setenta estabelecimentos de ensino de 2º grau localizados nos Municípios Piloto apresentaram no Conselho estadual os processos de reorganização do ensino de acordo com os objetivos propostos pela lei. (PARANÁ, 1980, p. 82)

Quanto à Progressiva Seriação, a estratégia adotada em sua implementação das séries, dentro do critério de progressividade, visou, entre outros aspectos, a possibilidade de complementações das salas ambientes, laboratórios e oficina escolares, bem como, possibilitar o treinamento de pessoal docente e técnico administrativo. A reordenação propunha a reunião de dois ou mais estabelecimentos de ensino de 2º grau em um só estabelecimento e a redução de custos operacionais através de classes moduladas com um mínimo de 36 alunos, bem como, a concentração de recursos humanos e equipamentos até então dispersos nos diversos estabelecimentos.

A expansão do “Leque de opções” profissionalizantes e da intercomplementaridade a política foi adotada pela análise das condições e características sócio-econômicas dos municípios do Estado, bem como pelo potencial de observação do respectivo mercado de trabalho. (Ibidem, 1980, p. 53-56)

As condições de execução dessas fases segundo a documentação analisada se deram da seguinte forma:

- 1) Área de influencia – 154 municípios
- 2) Execução compreendendo o levantamento das condições sócio-econômicas do município, análise da situação física e viabilidade de reordenação dos estabelecimentos de ensino, definição das habilitações a serem implantadas, elaboração dos projetos de implantação, previsão dos cursos de atualização e aperfeiçoamento do pessoal docente e técnico-administrativo e avaliação da operação de implantação.

3) Mecanismos para a execução – criação de grupos de trabalho para a realização de estudos visando:

- a) elaboração de projetos de reestruturação administrativa dos estabelecimentos de ensino
- b) elaboração de projetos de atualização e aperfeiçoamento de pessoal
- c) elaboração de projetos visando a ampliação e adequação ou construção de novos prédios escolares para o ensino de 2º grau
- d) estudos sobre a reformulação ou formulação dos currículos escolares

4) Órgão responsável – Departamento de Ensino de 2º grau. (Ibidem p. 57-59)

Um dos aspectos mais destacados no documento é a preparação dos docentes para implementação da reforma, destacada pelo governador à época:

A reforma do ensino de 1º e 2º graus é, talvez o maior desafio que a Revolução lançou ao povo brasileiro e, para que ela tenha o êxito que todos esperam, é necessário mudar sobretudo a mentalidade do professor, através de treinamentos específicos, pois a estática tem que ser substituída pela dinâmica. Eis porque, logo após a aprovação do Plano de Implantação Prévia, a Secretaria da Educação e Cultura lançou-se no maior programa de preparação de recursos humanos de toda a história do Paraná. (Pedro Viriato Parigot de Souza, IN PARANÁ, 1972, p. 55)

Segundo o documento foi realizado curso intensivo⁵ sobre a lei, tratando da atualização e expansão do ensino, para diretores e orientadores pedagógicos dos estabelecimentos, os quais posteriormente tiveram a incumbência de transmitir os conhecimentos adquiridos no mesmo. Para as áreas de implantação-piloto os cursos se deram no período de novembro e dezembro de 1971 e no decorrer de 1972 . As entidades promotoras desse ensino: Secretaria da educação e Cultura; Prefeitura Municipal de Curitiba; Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário no Estado do Paraná.

A composição dos cursos contemplou a seguinte estrutura:

- Turmas de 50 (cinquenta) pessoas
- Funcionamento em 3 (três) turnos
- Várias turmas funcionando simultaneamente, em lugares diferentes

⁵ Segundo o Documento Base como meio de fiscalização os participantes dos cursos só receberiam o certificado de aproveitamento desde que, decorrido o prazo estipulado, apresentasse planejamento da implantação da reforma na sua escola, e em se tratando de diretores e orientadores teriam que comprovar que colaborou com o processo.

- A cada hora de aula teórica seguir-se-há meia hora destinada a debates ou esclarecimentos complementares.

Equipes regionais tinham incumbência de orientar a implantação do ensino de 1º e 2º graus, a partir dos municípios sede das áreas de implementação; treinar, reciclar e/ou especializar um corpo de orientadores pedagógicos para atuar em nível do órgão central da administração; estimular a formação sistemática de administradores escolares, orientadores pedagógicos educacionais, e professores, a nível médio e superior, para as unidades de 1º e 2º graus.

Esses cursos foram ofertados a partir da reestruturação dos Institutos de Educação e faculdades de Educação e de Filosofia e o Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal do Paraná (CETEPAR); e convênios com instituições estaduais, federais ou internacionais para a elaboração, financiamento e assistência técnica de projetos, estudos e sugestões de novos métodos, técnicas e processos de administração escolar e orientação pedagógica, visando adequar esses setores às exigências da lei 5692/71;

Pela análise dessa documentação é possível verificar que os procedimentos propostos seguiam um cronograma no sentido de dotar a prática escolar de uma maior legitimidade técnica, por meio dos programas de investimentos estatais, de um aparato legislativo que definia com rigor racionalização e aproveitamento de espaço físico, formação de professores, financiamentos entre outros.

Esta relação fica evidente na fala do governador Emílio H. Gomes:

Posso assegurar que, de parte do Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, o Paraná foi alvo da maior atenção e carinho. Além da visita de muitos de seus ministros, que aqui vieram para estreitar os laços de cooperação, também Sua Excelência nos honrou com uma visita de dois dias, para inaugurar obras federais no Estado, auscultar os anseios do Paraná e prestigiar suas lideranças políticas.

Ele aqui veio porque sabia que o Paraná estava em paz, entregue ao trabalho operoso de seus filhos, sem distinções entre paranaenses de nascença e de adoção e sem incompatibilidades políticas mais profundas, que pudessem separá-los em facções irreconciliáveis. (PARANÁ, 1974 p. XVIII)

Esta fala deixa evidente que o Estado do Paraná teve destaque no sentido de estar amplamente aberto e colaborativo às propostas do governo Federal.

Considerações Finais

Como pode ser observado neste trabalho, a fonte do Grupo de Assessoramento juntamente com outros documentos constituem fontes com grande riqueza de informações a respeito dos encaminhamentos do Estado do Paraná com relação à reforma de ensino de 2º grau do período da ditadura militar.

Conforme ressaltado anteriormente, a pesquisa encontra-se em construção, devendo agora prosseguir com o aprofundamento da leitura e análise da documentação, aliada ao entendimento do contexto histórico do período. Dentre as análises desenvolvidas até o momento, parece haver mais consenso do que conflitos e tensões. Internamente ao Estado do Paraná, as relações entre sucessivos governadores no que tange à implementação das políticas públicas para a educação parecem em geral tranquilas. As diretrizes para implementação da reforma de 2º grau seguiram todas as diretrizes propostas na lei 5692/71. Até o momento nos documentos analisados não encontramos nada que configurasse uma medida de contraposição.

“A prioridade é enfrentar o problema do 1ª grau, portanto o 2º grau no ano de 1972 não avançou muito por ser mais complexo e demandar critérios de expansão que eram basicamente de estrutura sócio-econômica, mas no ano de 1973 torna-se meta. (...) Apesar das dificuldades temos procurado no máximo atender os critérios de implementação a partir da lei 5622/71”⁶ (Divonzir Gusso, in Paraná, 1972, p. 2-4).

Os procedimentos propostos no processo de implementação obviamente, não apresentaram rupturas em relação às apresentadas pela lei federal, o que também ficou evidenciado nas boas relações do Estado do Paraná com os órgãos federativos.

As perspectivas de continuidade, a partir desses documentos e de sua análise, são de investigar os dados, documentos e programas nele mencionados e utilizá-los como base para a realização de entrevistas com pessoas que compuseram a Secretaria de Educação do Paraná no período relacionado às questões educacionais de 2º grau.

⁶ Explicação do Coordenador do Grupo de Assessoria de Planejamento (GAP) Sr. Divonzir Gusso no III Encontro de Secretários da Educação e Cultura, realizado de 9 a 14 de julho de 1972 em Curitiba.

FONTES

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis; Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOYNARD, Aluizio Peixoto et al. **A Reforma do Ensino**. São Paulo: Lisa, 1972.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Coletânea da Legislação Estadual de Ensino, Curitiba, Secretaria Educacional do Estado do Paraná (SEEC) – Fundepar, p. 589.

BRASIL. Estado do Paraná. Ensino Regular de 2º grau, lei nº 5.692/71 - atos complementares. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1977.

CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1988.

DÉ LOYE, Yves. **Sociologia histórica do Político**. Bauru: EDUSC, 1999.

DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO. Reforma do Ensino de 2º grau. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, p.15 - 88. 1973.

DUARTE, Sérgio Guerra. **A Reforma do Ensino**. Todos os esclarecimentos necessários à perfeita interpretação e aplicação da lei 5.692. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v.24, n. 47, 2004.

GERMANO, José W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 -1985)**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990. Coleção Magistério - 2º grau. Série Formação do Professor.

GUIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**. São Paulo: USP, 2001.

JUREMA, Aderbal. **Pequena Coletânea da Legislação Brasileira de Educação: leis 4.024, 5.540 e 5.692**. Recife: Editora Universitária, 1972.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia**. São Paulo: UNESP, 2004.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. **Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968 - 1984)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PARANÁ. Documento Base para Implantação do Ensino de 1º e 2º graus. Curitiba: Secretaria da Educação e Cultura, Fundepar, vol. I e II, 1971.

_____. Estatísticas Educacionais no Paraná – 1971-81. Curitiba: Departamento Estadual de Estatística, 1982.

_____. Roteiro para Elaboração do Plano de Implantação do Ensino Regular de 2º grau. Curitiba: Departamento de Ensino de 2º grau, 1977.

_____. Mensagem apresentada ao III Encontro dos Secretários da Educação e Cultura. Curitiba: Memória Técnica do GPS, 1972.

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1972

_____. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1974

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO. Para a reforma de 1º e 2º graus. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. V. 56 p.130 - 168, Jul/Set. 1971.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964 - 1984**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

RAGAZZINI, Dario. Para quem testemunham as fontes da História da Educação. IN: **Educar em Revista**, Curitiba: ed. da UFPR, n. 18, 2001, p. 13-42.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.